

# Sumário

Número de notícias: 24 | Número de veículos: 18

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Justiça afasta Imposto de Renda sobre incorporação de ações..... 3

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - OPINIÃO  
SEGURIDADE SOCIAL

Garimpo de preocupações (Editorial)..... 4

O ESTADO - FORTALEZA - CE - POLÍTICA  
SEGURIDADE SOCIAL

INSS..... 5

O LIBERAL - BELÉM - PA - POLÍTICA  
SEGURIDADE SOCIAL

País tem 4,3 milhões de domésticos na informalidade..... 6

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS  
SEGURIDADE SOCIAL

Crise econômica leva os brasileiros para o mercado informal..... 7

O GLOBO - ON LINE - RJ - NOTÍCIAS  
SEGURIDADE SOCIAL

Mais de 38 milhões de brasileiros vivem em lares em que ninguém tem emprego, nem informal  
..... 10

PORTAL UOL - NOTÍCIAS  
SEGURIDADE SOCIAL

Lula volta a prometer retomada do PAC e do Minha Casa Minha Vida..... 12

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES  
SERVIDOR PÚBLICO

E o lavajatismo chegou lá (Editorial)..... 14

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA  
SERVIDOR PÚBLICO

Bancada das siglas do Centrão cresce 41% nos Estados; esquerda fica estável..... 16

FOLHA DE S. PAULO - SP - MUNDO  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Cidades dos EUA testam tarifa zero de ônibus..... 19

FOLHA DE S. PAULO - SP - FOLHAINVEST  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Juro alto e investimento pressionam o endividamento das companhias..... 22

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Viagens aéreas precisam ficar mais baratas no Brasil, diz lata..... 26

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Preço do combustível e tributo estão na mira do setor..... 27

O GLOBO - RJ - OPINIÃO  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Brasileiro precisa transformar a solidariedade em filantropia (Editorial)..... 28

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Estudo contesta municípios e vê interdependência entre ISS e ICMS.....	29
VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Incerteza fiscal eleva freio otimismo no mercado de juros.....	30
O POPULAR - GO - ECONOMIA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Imposto menor pode não afetar arrecadação.....	31
VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA POLÍTICA	
Bolsonaro diz que ampliação do STF será decidida após 2º turno.....	33
CORREIO BRAZILIENSE - DF - NEGÓCIOS ECONOMIA	
O desafio do equilíbrio fiscal.....	34
CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO ECONOMIA	
Por que a verdadeira defesa da agricultura brasileira é a conservação da natureza (Artigo) .....	36
FOLHA DE S. PAULO - SP - MUNDO ECONOMIA	
O Brasil do Mega-Centro-Oeste - MATHIAS ALENCASTRO.....	38
O ESTADO DE S. PAULO - INTERNACIONAL ECONOMIA	
Rússia acusa Ucrânia de terrorismo em ponte; bombardeio mata 20.....	39
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA	
A expansão parafiscal do governo na eleição - ALEX RIBEIRO.....	40
VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS ECONOMIA	
Otimismo com o real aumenta, mas cautela permanece.....	41

# Justiça afasta Imposto de Renda sobre incorporação de ações

*Joice Bacelo e Adriana Aguiar Do Rio e São Paulo*

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187352](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187352)

**Notícias Relacionadas:**

VALOR ONLINE  
Justiça afasta Imposto de Renda sobre incorporação de ações

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187352](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187352)

# Garimpo de preocupações (Editorial)

País que tem sua história, desde os tempos de colônia, fortemente marcada pela exploração mineral, o Brasil passa por uma transformação silenciosa na área, que merece atenção tanto do setor produtivo, quanto do fiscal e, tão ou mais importante que os anteriores, do ambiental. Segundo estudo do MapBiomias - rede formada por universidades, organizações não-governamentais e empresas de tecnologia, incluindo parceria com a gigante Google-entre 1985e2020, a área minerada em território nacional aumentou mais que seis vezes, saltando de 31 mil hectares para 206 mil hectares.

O dado em si já merece atenção, considerando-se que o setor é de fundamental importância para a economia, mas também representa atividade de pesado impacto ambiental. Mas o que mais gera preocupação é perceber onde, segundo o estudo, essa expansão está se dando, e, principalmente, como ela ocorre. De acordo com o Map-Biomias, além de a Amazônia concentrar três de cada quatro hectares de exploração mineral no país, a área representada pelo garimpo no Brasil passou a superar, nos últimos três anos, a mineração industrial. E a quase totalidade da área garimpada em território nacional (93,7%) está em solo amazônico, aponta a rede.

O monitoramento do MapBiomias chama a atenção ainda para o descompasso do avanço da atividade industrial minerária e da garimpeira. Enquanto entre 1985 e 2020 não houve grandes saltos no crescimento da mineração institucionalizada - aquela que, quando desenvolvida legalmente, se sujeita a licenciamento e controles, ainda que se possa discutir a efetividade de ambos -, a velocidade da exploração do garimpo no país quadruplicou a partir de 2010.

Pior: a expansão da atividade de garimpeiros se destaca pelo avanço clandestino sobre territórios indígenas e unidades de conservação ambiental, apontam dados do MapBiomias gerados a partir de monitoramento de imagens de satélite, com auxílio de ferramentas de inteligência artificial. A rede indica que a partir de 2010, quando a busca por metais e pedras preciosas passou a disparar no país, a área ocupada pelo garimpo em terras indígenas cresceu 495%, enquanto em reservas ambientais a escalada foi superior a 300%. Em ambos os casos, o destaque negativo é o avanço da atividade garimpeira sobre o mapa do Pará.

Para além da tragédia ambiental que esse quadro faz presumir-por si só já suficiente para despertar

preocupação, mobilização a atitudes-é bom que se considerem aspectos sociais, fiscais e econômicos da realidade apontada no monitoramento do MapBiomias. Sujeita a controles oficiais, a mineração industrial tem maior influência também sobre o mercado de trabalho, conseqüentemente sobre a **seguridade social**, e sobre a própria indústria da tecnologia.

De acordo com o trabalho da rede, mineradoras institucionalizadas fazem extração, transporte e processamento de material com alto nível de mecanização, operações de longo prazo e mão de obra especializada; já o garimpo se caracteriza por baixo nível de mecanização, mão de obra não especializada e pouca ou nenhuma infraestrutura permanente. Sem contar que a atividade, quando ilegal, por definição não está sujeita a controle tributário, muito menos trabalhista.

O trabalho do MapBiomias se apresenta como um retrato inédito da evolução dessas atividades durante 36 anos no país, permitindo avaliar suas conseqüências sobre diferentes aspectos da sociedade e do meio ambiente. Desse ponto de vista, vale dar voz ao que diz o coordenador-geral do projeto, Tasso Azevedo: "Os produtos da mineração são fundamentais para o desenvolvimento de uma economia de baixo carbono. Esperamos que estes dados contribuam para a definição de estratégias para acabar com as atividades ilegais e estabelecer uma mineração em bases sustentáveis, respeitando as áreas protegidas e o direito dos povos indígenas e atendendo aos mais elevados padrões de cuidado com a biodiversidade, solo e a água". As próximas gerações, os povos tradicionais, o ambiente, o clima, o setor produtivo socioambientalmente responsável e a própria imagem do país no exterior agradecem.

**Site:**

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/10/10/2022/p1>

# INSS

**INSS.** O Tribunal Regional Eleitoral do Ceará (TRE-CE) destaca que, a partir deste ano, a comprovação do voto servirá como prova de vida para o Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**). A Presidência do **INSS** publicou portaria com as mudanças nas regras para prova de vida de aposentados, pensionistas e outros beneficiários do Instituto. O procedimento será automático, feito por meio do cruzamento de informações de bases de dados. O voto também garante acesso a diversos serviços públicos, como a emissão de passaporte e a participação em concursos públicos.

**Site:** <https://oestadoce.com.br/digital/10-10-2022-edicao24414/>

# País tem 4,3 milhões de domésticos na informalidade

O crescimento no número de domésticos revela uma fragilidade estrutural do emprego no Brasil. Os trabalhadores domésticos costumam estar na informalidade, o que impede um ganho de renda fixa mensal. São 4,37 milhões nessa situação, de acordo com mapeamento do Instituto Doméstica Legal, quase 75% da categoria.

"Quem não tem serviço fixo sempre passa por alguma coisinha. Agora, eu comecei a trabalhar direitinho, e a minha vida está mudando. Mas (antes) sempre que chegava uma conta de luz e vinha outra em seguida, eu me atrapalhava toda", conta Maria de Lourdes.

Em 2013, o Congresso Nacional aprovou a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) das domésticas numa tentativa de ampliar a formalização do setor. A medida passou a regulamentar e consolidar direitos trabalhistas da categoria, como, definição da jornada de trabalho e contribuição para o Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**).

"A PEC das domésticas contribuiu para que as trabalhadoras domésticas tenham os mesmos direitos que qualquer outro trabalhador. Ao menos perante a lei, esta é uma categoria profissional como outra qualquer, mas há uma mudança cultural a ser feita também", afirma Joana Costa, pesquisadora do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

"Em termos de formalização, um estudo nosso discute evidências empíricas, que indicam que a PEC das domésticas não afetou as chances de ter carteira assinada, mas também não aumentou significativamente as chances de ser informal ou se tornar desempregada. O único efeito robusto encontrado teria sido a redução de horas", acrescenta.

## PERFIL

Os números do trabalho doméstico também retratam uma realidade profundamente desigual na questão de gênero. Do contingente de quase 5,85 milhões de pessoas que trabalham nessa área, 5,36 milhões são mulheres -o que também equivale a 13% de toda a população feminina ocupada no País.

"Essa precariedade na oferta de trabalho se dá para um segmento que sempre luta contra a discriminação, que são as mulheres, em particular, as negras", afirma

Cida Bento, conselheira do Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades. "Se você pegar qualquer estatística ao longo do tempo, você vai ver que as mulheres negras são sempre a maioria (em trabalho doméstico). Isso é um indicativo de que há uma baixa oferta de outras possibilidades para essas mulheres."

Na avaliação da especialista, o Brasil precisa de um bloco de políticas públicas para transformar essa realidade. São medidas que englobam qualificação profissional, maior formalização do serviço doméstico no País e combate ao racismo estrutural no mercado de trabalho.

"São políticas públicas que precisam capacitar a mulher negra para ocupar diferentes lugares, inclusive no trabalho doméstico, se assim ela quiser, garantir o cumprimento da legislação que as domésticas conquistaram, e adotar medidas de combate ao racismo, o que é fundamental para possibilitar que as pessoas avancem no mercado de trabalho", afirma.

## Site:

<https://digital.maven.com.br/pub/oliberaldigital/index.jsp?serviceCode=login#page/6>

# Crise econômica leva os brasilienses para o mercado informal

**Arthur de Souza**

Tenho um filho de 14 anos que tem o sonho de ser veterinário. Trabalho todos os dias pensando em vê-lo com o diploma, desabafa Ademir Rosa Ferreira, 43, que recorre ao mercado informal e hoje vende doces na Rodoviária do Plano Piloto. Ele é mais um exemplo do avanço da informalidade no DF: de acordo com a última Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), divulgada pela Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan) em parceria com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), o número de empregados sem carteira assinada - categoria de trabalhador informal - teve aumento de 1,42% entre julho e agosto deste ano.

Natural da Bahia, Ademir mora no Entorno do Distrito Federal há 12 anos. Depois de ser demitido de um emprego no aeroporto da capital do país - em que tinha a carteira assinada -, ficou cerca de três anos desempregado. Foi quando decidiu vender os doces na rodoviária. Essa foi a única forma que encontrei de sustentar minha família, conta.

Morando com a esposa e os cinco filhos, Ademir destaca que o comércio de doces é o único sustento da família atualmente. Tá dando para comer e pagar o aluguel, nada mais além disso. (A conta de) água e luz atrasam sempre, mas comida não tem como deixar faltar, frisa. Já passei por alguns apertos para ter o que comer. Recebo doações de uma igreja, que nos ajuda com cestas básicas. Se não fosse isso, acho que veria minha família passando fome e, talvez, morando na rua, atesta.

O vendedor de doces afirma que sente falta do emprego formal. Até porque a carteira assinada é uma garantia de que a pessoa vai receber os seus direitos em dia e, mais na frente, fica mais fácil se aposentar. Estou com 43 anos, então, já me preocupo com essa questão, comenta. Além disso, o salário fixo também faz falta. Aqui, ganho se vender bem, caso contrário, com a crise atual, fica mais difícil comprar qualquer coisa.

Para Juliana Nóbrega, consultora de carreiras e empreendedorismo e professora do Ceub, a alta na informalidade do DF está ligada à falta de uma política econômica que preveja o crescimento dos serviços e da indústria, setores que, segundo a especialista, são

diretamente responsáveis pela geração de empregos (confira Três perguntas para.).

## Precarização

Lúcia Garcia, coordenadora da PED do Dieese, destaca que o aumento no número de trabalhadores informais no DF está ligado também à precarização das vagas de emprego existentes. A iniciativa privada é composta, em sua maioria, por patrões que não têm condições financeiras de garantir todos os direitos trabalhistas dos empregados, aponta. Existem cargos que o desconto do **INSS** e outros **impostos** - além do baixo salário - acabam pesando muito no bolso. Se o país estivesse em crescimento econômico, o trabalhador não se sujeitaria à informalidade, frisa.

A coordenadora da PED faz uma análise da quantidade de trabalhadores informais (veja o infográfico) para ilustrar sua fala. Entre 2015 - início de uma crise econômica - e 2022, este número cresceu 46,6%, enumera.

Fazendo o recorte apenas do período da pandemia, que também causou impactos na economia, percebe-se aumento: de 2020 a 2022, a elevação no mercado informal foi de 24,3%, enumera Garcia. A especialista do Dieese afirma que, para o trabalhador do DF, está sendo um luxo pensar no amanhã. A visão é para o hoje. Todos estão em busca de sobrevivência, destaca.

Vendendo chinelos na Rodoviária do Plano Piloto há 10 anos, Iratânia Costa Silva, 47, reclama que acabou recorrendo ao trabalho informal por falta de oportunidade. Quando vou para o mercado de trabalho, dizem que estou velha, mas, quando tento me aposentar, ainda não tenho idade, comenta a moradora de São Sebastião. Ela conta que a frustração com as portas fechadas fez com que ela desistisse de tentar um emprego formal há cerca de cinco anos. Hoje em dia, não procuro mais. O que me sobrou foi o comércio informal, aponta.

Mesmo desistindo, Iratânia não esconde que se incomoda com o fato de estar sem a segurança da carteira assinada. É uma aventura. Venho todos os dias para cá sem saber se vou vender bem, se vou conseguir tirar o sustento do meu dia ou do mês. Conto com a sorte, comenta. Atualmente, minha

internet está cortada, estou na mão de agiota. Está sendo uma crise muito difícil, tudo atrasado, lamenta. Emocionada, ela conta que, mesmo em tempos difíceis, tem planos. Quero me levantar para ir embora daqui. Sou natural do Pará, e pretendo arrumar minha vida para conseguir voltar para lá, sonha.

#### Dura realidade

Claudiane de Nazaré Silva, 41, também desistiu de procurar emprego com carteira assinada, assim como Iratânia. A moradora da Colônia Agrícola 26 de Setembro conta que passou para o trabalho informal após ficar mais de um ano procurando vagas. Foi quando decidiu seguir o conselho de uma amiga, que também estava na informalidade. Ela me disse que era melhor do que ficar em casa sem fazer nada e estou aqui até hoje.

Apesar de dizer que está acostumada com a situação atual, a vendedora de roupas admite que sente falta da segurança que o trabalho com carteira assinada oferece. Caso eu adoça, não tenho plano de saúde para procurar um hospital. Além disso, se eu parar de trabalhar hoje, amanhã não vou ter nada. Então, sou eu por mim mesma e meus filhos, lamenta. A gente sobrevive só do meu trabalho e, ultimamente, tem sido bem apertado. Mal dá para pagar as contas, reclama Claudiane.

Peruana e morando em Brasília há 24 anos, Ermelinda Rayme, 45, também sofre com a insegurança da informalidade. Mesmo sendo experiente na função de cozinheira - tendo trabalhado até para diplomatas -, ela afirma que não tem sido fácil encontrar algo que valha a pena. Se eu achar um emprego bom, que me ajude a manter a casa, com certeza volto para a formalidade. Mas, atualmente, apesar de ter vagas, elas estão pagando muito pouco, não compensa.

Mesmo assim, a moradora do Paranoá ressalta que sente na pele a precariedade que o trabalho informal oferece. Apesar de poder fazer meu próprio horário (na Rodoviária), sinto muita falta de um emprego com carteira assinada. Aqui, não tenho 13º salário, férias e outros benefícios que a carteira assinada proporciona, comenta. Tenho que sair de casa todos os dias ainda na madrugada, para tentar tirar dinheiro e pagar minhas contas. Mês passado, por exemplo, atrasei a conta de luz.

Juliana Nóbrega, professora do Ceub, mestre em engenharia de produção e consultora de carreiras e empreendedorismo

Por que o número de informais continua tão alto no DF?

As taxas de desemprego estão diretamente atreladas ao cenário econômico. A política de paridade dos combustíveis impactou diretamente nos custos logísticos, num país que depende massivamente do transporte rodoviário. Em razão disso, a **inflação** impede a retomada dos investimentos por parte das empresas, o que, por sua vez, incide na oferta de emprego, ou melhor, na escassez de oferta. Essa sequência de fatores pavimenta as condições para o cenário de informalidade e precarização do trabalho, já que as pessoas precisam de alguma renda para sobreviver e ficam vulneráveis às imposições do mercado. Associado a isso, também vimos, desde 2016, uma sucessão de flexibilizações na legislação trabalhista, o que, na prática, já trazia perdas de direito para o trabalhador.

Como a informalidade afeta a qualidade de vida da população do DF?

A informalidade é um calo, um calo enorme, que cria um ciclo vicioso muito difícil para o trabalhador. O cenário de retração da oferta de emprego reduz o poder de negociação do trabalhador, que acaba sendo obrigado a se sujeitar à baixa remuneração e a condições precárias de trabalho. São mais horas trabalhadas e cada vez menos remuneração. Então, fica muito difícil pensar numa vida além do trabalho precário, que, por si só, já é alienante. Não sobra tempo, muito menos dinheiro para investir em saúde, educação e lazer. E quanto menos investe no seu desenvolvimento e bem-estar, mais perde competitividade no mercado de trabalho, e assim a espiral negativa vai se agravando.

Quais são os riscos de se manter no trabalho informal?

Ao abrir mão do vínculo formal de trabalho, de forma voluntária ou involuntária, o trabalhador perde uma série de benefícios e direitos fundamentais, como férias remuneradas, horas extras, plano de saúde, FGTS, seguro desemprego e aposentadoria. Essa situação só valerá a pena, como disse, para grupos de trabalhadores muito específicos. Para a grande maioria, é um retrocesso sobre direitos adquiridos por meio de muitas lutas.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) considera informais os empregados no setor privado sem carteira de trabalho assinada, os trabalhadores domésticos sem carteira de trabalho assinada, os empregadores sem registro no CNPJ, os trabalhadores por conta própria sem registro no CNPJ e os trabalhadores familiares auxiliares.

Fonte: IBGE



Agosto de 2020 - 290.000

Agosto de 2021 - 346.000

Agosto de 2022 - 357.000

Comparação julho e agosto

Julho de 2022 - 352.000

Agosto de 2022 - 357.000 ( 1,42%)

Fonte: PED-DF/Codeplan e Dieese

**Site: <http://www.correio braziliense.com.br/cidades-df/2022/10/5019346- crise-economica-leva-os-brasilienses-para-o-mercado-informal.html>**

# Mais de 38 milhões de brasileiros vivem em lares em que ninguém tem emprego, nem informal

No Brasil, 38,7 milhões de pessoas vivem em lares sem qualquer renda do trabalho, nem informal. Elas representavam 17,9% da população em 2021, o segundo maior patamar já registrado desde 2012. Só perde para 2020, quando o isolamento social para evitar a propagação da pandemia impediu que parte relevante dos trabalhadores, principalmente os informais, conseguisse trabalhar.

- Apesar da melhoria recente, nunca se trabalhou tão pouco assim. Isso significa que uma série de pessoas está vivendo exclusivamente de rendas assistenciais, estratégias precárias e previdência de baixa remuneração. A renda informal não retornou para as famílias no mesmo nível de antes. São menos recebedores, com renda menor e vínculos mais frágeis - afirma o sociólogo Rogério Barbosa, professor do IUPERJ, que fez o levantamento.

Além de ganhos com o trabalho, as famílias podem receber aposentadorias, pensões, benefícios sociais, aluguéis, juros e dividendos. A maior parte tem remuneração do trabalho, que costuma corresponder a 75% da renda familiar. Mas há 2% da população, cerca de 4 milhões de pessoas, que não recebem qualquer tipo de remuneração.

Esse percentual dobrou em relação a 2012 e representa a maior parcela já registrada de brasileiros sem qualquer tipo de renda.

É o caso de Rose Souza, de 47 anos, que está desempregada há dois anos. Ela mora com seu filho Gilson, de 30 anos, em Rio das Pedras, no Rio de Janeiro. Gilson já trabalhou como pizzaiolo e ajudante de pedreiro, mas está sem serviço há dois meses.

Primeiro emprego: Projeto quer gerar 5 milhões de oportunidades para jovens de baixa renda até 2030

Ela só conta com a ajuda de R\$ 100 que a filha lhe dá. Rose precisou parar de trabalhar vendendo pastéis e biscoitos no ponto de ônibus por causa da artrose, que lhe causa muitas dores. Com os R\$ 100, Rose compra a comida.

- Com R\$ 100 não dá para comprar quase nada. Eu

vou levando como dá, um dia tem arroz e feijão, no dia que não tem, eu como arroz com farinha - conta Rose, que trabalhou desde os seis anos de idade no interior de São Paulo, colhendo café na lavoura. Atualmente, ela está tentando se aposentar, mas antes precisa acertar as pendências de parcelas com o **INSS**.

- Ainda faltam cinco parcelas para o meu benefício ser liberado. Como nunca sobra o dinheiro para pagar, eu ainda não consegui a aposentadoria - explica.

Ela tentou se inscrever no Programa Auxílio Brasil, mas como o posto para o cadastro estava muito cheio Rose não conseguiu.

Sem geração de emprego

Ela também entra na estatística de desemprego de longa duração. No segundo trimestre deste ano, havia 3 milhões de desempregados que procuram vaga há dois anos ou mais, o que corresponde a 29,6% dos desocupados, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua.

- Muitas pessoas perderam o pouco capital que tinham, coisas simples, como uma barraca, um carrinho de pipoca para conseguir se manter ou pelo menos alugar. Durante a pandemia, sem fonte de recurso, tiveram que vender esse capital. Essas famílias estão vivendo uma situação muito difícil - afirma Naercio Menezes Filho, diretor do Centro de Pesquisa Aplicada à Primeira Infância do Insper e professor da USP.

Ele lembra que está havendo uma transição no mercado de trabalho, com as tarefas simples, rotineiras, manuais sendo feito por máquinas e inteligência artificial. Os empregos formais estão sendo criados para tarefas não repetitivas, que exigem capacidade de negociação e análise:

- São pessoas que não têm essas habilidades, não tiveram formação de ensino médio, não tiveram oportunidades, nasceram nos anos 1970, 1980, sem assistência social, educação, universidade, não conseguiram desenvolver as habilidades cognitivas. Muitas perderam o pouco que tinham e, ao mesmo

tempo, houve essa mudança no mercado. Vai ter um grupo que não vai retornar ao mercado, vai se desengajar definitivamente, principalmente as pessoas mais velhas.

Ele cita como exemplo de transformação do mercado o call center, no qual atendentes estão sendo substituídos por robôs, o que está afetando mais o emprego na Região Nordeste. Lá, 25,7% da população vivem em domicílios sem renda do trabalho. Entre os ocupados na região, 57,1% são informais.

- Há uma estratificação regional, o trabalho só tem aumentado no Sul e Sudeste. No Nordeste está estagnado. A desigualdade regional aumentou - diz.

É uma tendência oposta a que se verificava entre os anos 2000 até meados de 2010, observa o sociólogo Pedro Ferreira de Souza, antes da recessão de 2015 e 2016. Houve uma recuperação em seguida, mas muito tímida e beneficiando "a metade de cima da distribuição de renda":

- Está na contramão da tendência anterior, quando houve ganho de renda na base da pirâmide. Nos anos 2000, 2010, a geração de emprego formal foi com salários próximos do mínimo, em setores que absorvem mão de obra menos qualificada, como construção civil e comércio. Depois da recessão, essa geração de emprego na base parou.

Para Naercio, é um grupo que vai depender de benefícios sociais, como Auxílio Brasil. Souza avalia que esse contingente deve passar a viver entre ocupações intermitentes, saindo e entrando na pobreza.

-A renda dos 20% mais pobres caiu muito e nunca mais se recuperou nem voltou ao patamar que estava em 2012 - diz Souza.

É o caso da família de Patricia Nunes, de 41 anos, que mora com o marido, Fábio de Oliveira, e três filhos, Beatriz, de 16 anos, Daniel, de 18 anos, e Bruno, de 21 anos, em Queimados, no Estado do Rio. Eles vivem somente com o Auxílio Brasil de R\$ 600. Por causa da doença do filho mais velho, Patrícia teve de abandonar o trabalho. Ela ajudava a prima a fazer comida para vender quentinha em Santa Tereza, bairro no Centro do Rio.

Cozinhando com lenha

No início de 2020, o marido de Patrícia sofreu um acidente na obra em que trabalhava informalmente com o pai. Não conseguiu outra ocupação desde que se recuperou. Esporadicamente, aparece serviço de ajudante de pedreiro. Sem dinheiro para o gás, a

família tem cozinhado com lenha.

- O auxílio não é suficiente para pagar as dívidas e colocar comida em casa para o mês todo. Ainda bem que aqui no bairro eu tenho alguns conhecidos que vendem comida a prazo, então eu consigo pegar e pagar só no outro mês. Quando o dinheiro do auxílio é liberado, pago as dívidas, mas já sou obrigada a fazer outras porque sempre falta algo - conta Patrícia, que teve a carteira assinada pela última vez em 2015.

Naercio diz que o caminho é investir na infância, transferir mais recursos para as famílias com crianças. Com a pandemia, aumentou o analfabetismo entre as crianças:

- Não adianta ficarmos correndo atrás do que deu errado. Temos que investir nas crianças para que se desenvolvam.

\*Estagiária sob supervisão de Cássia Almeida

**Site:**

**<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2022/10/mais-de-38-milhoes-de-brasileiros-vivem-em-lares-em-que-ninguem-tem-emprego-nem-informal.ghtml>**

# Lula volta a prometer retomada do PAC e do Minha Casa Minha Vida

**São Paulo**

O ex-presidente e candidato Luiz Inácio Lula da Silva (PT) voltou a prometer a retomada do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e do Minha Casa Minha Vida, se eleito. Vamos voltar a fazer muito investimento em infraestrutura com PAC. Inauguramos 13 mil obras do PAC e vamos recuperar financiamentos para retomar 14 mil obras do PAC, disse Lula nesta segunda-feira, 10, em entrevista à rádio Super Rádio Tupi, do Rio de Janeiro. O PAC foi criado em 2007, durante o segundo mandato de Lula, voltado a investimentos em infraestrutura, saneamento, habitação, transporte e energia.

O ex-presidente falou novamente sobre a retomada do Minha Casa Minha Vida e criticou o atual programa habitacional do governo Bolsonaro, o Casa Verde e Amarela. Queria que vocês encontrassem uma casa verde e amarela. Contratamos mais de 224 mil casas até 2016 no Minha Casa Minha Vida. Foram entregues 110 mil e o restante estava para ser construído. Até agora não sei uma casa que ele construiu, criticou.

Lula afirmou que a retomada do Minha Casa Minha Vida será destinada, principalmente, à população de baixa renda. Vamos retomar o programa subsidiando a camada mais pobre que não pode pagar. Isso está na Constituição e vamos garantir que todo mundo tenha direito a morar, defendeu o ex-presidente.

Voltado ao público carioca, o candidato petista prometeu também recuperar a indústria naval com a construção local de sondas para a Petrobras com componentes nacionais a fim de estimular a geração de emprego e renda. O Brasil vai voltar a ser espelho do mundo. Minha eleição é a primeira chance de trazer investimento do exterior ao Brasil não para comprar nossas empresas, mas para trazer empresa novas ao País, afirmou Lula.

Ainda na ponta da geração de emprego, Lula citou como medidas para estímulo retomar obras paralisadas, apoio na digitalização e incentivo ao empreendedorismo com financiamentos de bancos públicos, como Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil. Lula também comentou sobre aumento anual real do salário mínimo conforme for o crescimento do **PIB**, correção da tabela do imposto de renda e redução da fila de pedidos de aposentadoria do **INSS**.

**Site: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2022/10/10/lula-volta-a-prometer-retomada-do-pac-e-do-minha-casa-minha-vida.htm>**

## E o lavajatismo chegou lá (Editorial)



A Operação Lava Jato foi promovida por três instituições de Estado: a Polícia Federal, o Ministério Público Federal e a Justiça Federal.

Nenhuma das três instituições tem competência para fazer política partidária ou para atuar politicamente no País. O papel delas, cada uma dentro do seu âmbito, é contribuir para a vigência e a aplicação do Direito. Dessa forma, a Lava Jato, em respeito à própria natureza da operação e a seus resultados, não deve ser usada ou estar envolvida em questões político-eleitorais.

Seu âmbito é outro.

No entanto, neste ano, as duas mais conhecidas figuras da Lava Jato, o ex-juiz Sérgio Moro e o ex-procurador Deltan Dallagnol, promoveram suas candidaturas ao Senado e à Câmara dos Deputados, respectivamente, usando como trunfo eleitoral a operação. Aproveitaram-se de uma atuação do Estado, bancada com o dinheiro de todos os brasileiros, para fazer política partidária.

O ex-magistrado da 13.<sup>a</sup> Vara Federal de Curitiba ainda valeu-se do prestígio da Lava Jato para promover a campanha da mulher, Rosângela Moro, a uma vaga na Câmara.

A contradição é notória. Uma operação estatal cujo objetivo era apurar diferentes modalidades de desvio de recursos públicos para fins particulares - pessoais ou partidários - tornou-se ela mesma instrumento para promover objetivos particulares: a eleição de ex-funcionários públicos e seus parentes.

No entanto, parece que os eleitores não viram maiores problemas no uso eleitoral da Lava Jato. No Paraná, Sérgio Moro elegeu-se senador com 1.953.159 votos (33,5% dos votos válidos) e Deltan Dallagnol foi o candidato a deputado federal mais votado no Estado, com 344.917 votos. Em São Paulo, Rosângela Moro recebeu 217.170 votos, conquistando uma vaga na Câmara.

Os três foram eleitos com o mesmo mote: dar continuidade à Lava Jato no Congresso. E, como se pôde ver no dia 2 de outubro, isso conta com intenso apelo popular. Ou seja, foi uma boa tática eleitoral. De toda forma, como a própria Operação Lava Jato mostrou ao País, a régua na República não deve ser a aprovação popular, e sim a lei. A transformação da Lava Jato num projeto político-partidário representa um significativo retrocesso institucional, como se os órgãos de Estado que a promoveram tivessem um lado político.

É, por exemplo, um enorme dano à imagem do Poder Judiciário que um ex-juiz faça campanha eleitoral dizendo que ele sempre teve por inimigo um determinado partido político. Ao atuar assim, ele desprestigia não apenas seu trabalho como juiz, mas a própria Justiça, que deve ser sempre imparcial politicamente.

Todo esse quadro fica ainda mais confuso quando, valendo-se da bandeira do combate à corrupção para angariar votos, Sérgio Moro e Deltan Dallagnol falaram na campanha eleitoral apenas e tão somente da corrupção nos governos petistas. Essa seletividade de tratamento ficou ainda mais notória quando recentemente o ex-juiz e o expromotor pediram voto para Jair Bolsonaro no segundo turno.

Durante a Operação Lava Jato, Sérgio Moro e Deltan Dallagnol ficaram conhecidos por serem exímios descobridores de indícios de lavagem de dinheiro.

Agora, no entanto, parecem adotar outros padrões de exigência, apoiando à Presidência da República um candidato que nunca esclareceu a fonte de R\$ 25,6 milhões em dinheiro vivo, usados por sua família na

compra de 51 imóveis - indício nada desprezível de lavagem de dinheiro.

No caso do ex-juiz, o apoio à reeleição do presidente é ainda mais constrangedor.

Em abril de 2020, ao anunciar sua demissão do Ministério da Justiça, Sérgio Moro acusou Jair Bolsonaro de tentar interferir na Polícia Federal, coisa que, "a despeito de todos os problemas de corrupção dos governos anteriores", disse o ex-juiz, não tinha acontecido durante a Lava Jato.

Bem ao seu estilo, Bolsonaro respondeu: "Sérgio Moro, além de traíra, é mentiroso". São esses dois personagens grotescos que agora se abraçam no palanque.

O combate à corrupção, como causa nobre que é, merecia heróis melhores que esses.

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Bancada das siglas do Centrão cresce 41% nos Estados; esquerda fica estável

**ANDRÉ SHALDERS BRASÍLIA NATÁLIA SANTOS  
CECÍLIA DO LAGO KATIA BREMBATTI SÃO PAULO**

O avanço do Centrão foi além das cadeiras da Câmara e do Senado. O bloco informal de partidos de centro-direita, que hoje dá sustentação ao governo de Jair Bolsonaro (PL), vai controlar, a partir do próximo ano, mais da metade de todas as cadeiras nas Assembleias Legislativas e da Câmara do Distrito Federal. Na comparação com a disputa de 2018, o primeiro turno das eleições deste ano registrou um aumento de 41% da bancada de deputados estaduais e distritais eleitos pelas legendas que dão as cartas na política nacional.

Dos 1.059 deputados das 26 Assembleias Legislativas e da Câmara do DF, 537 foram eleitos por legendas do Centrão.

Levantamento do Estadão mostra que as siglas do bloco que mais cresceram foram as que formam o chamado "núcleo duro" em Brasília: o PL, do presidente Jair Bolsonaro, o PP, comandado pelo ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira; e o Republicanos, ligado à Igreja Universal do Reino de Deus, do bispo Edir Macedo.

Impulsionado pelas verbas do orçamento secreto e tendo Bolsonaro como cabo eleitoral, o bloco foi bem até mesmo em Estados onde a esquerda predominou no primeiro turno da disputa presidencial - PL e PP fizeram os deputados estaduais mais votados no Ceará e em Pernambuco, por exemplo. Além dos três partidos, o levantamento do Estadão também considerou como "Centrão" o União Brasil, o PSD, o PSC, o PROS, o PTB, o Patriota e o Avante.

As maiores reduções de bancadas ocorreram no PSDB, Cidadania e Novo. Essas legendas de centro-direita contam hoje com um total de 107 deputados e vão ficar com 76 na próxima legislatura, uma queda de quase 30%. O PSDB teve redução expressiva, de 73 eleitos em 2018 para 55 este ano (24% a menos). A esquerda ficou praticamente igual, passando de 280 eleitos em 2018 para 281 este ano. Mas o PT, maior partido desse campo, e o PSOL cresceram em número de estaduais eleitos (38% e 29%, respectivamente). Por sua vez, PSB, PDT, PV e PCdoB perderam cadeiras nos Legislativos estaduais.

"LADO". Em Pernambuco, um reduto do ex-presidente

Luiz Inácio Lula da Silva (PT), o deputado estadual mais votado no último dia 2 é do Centrão. O pastor evangélico e vereador do Recife Júnior Tércio, de 36 anos, do PP, obteve 183,7 mil votos na sua primeira eleição para a Assembleia. Há 12 anos, ele atua na recuperação de dependentes químicos no Estado, sua maior marca.

Tércio se apresenta como um político conservador e de direita e apoia Bolsonaro. Ele teve como puxadora de votos a mulher, a deputada estadual Clarissa Tércio, eleita agora para a Câmara dos Deputados com 240 mil sufrágios.

Apesar de a maioria dos pernambucanos ter votado em Lula no primeiro turno da disputa, o deputado eleito avalia que há muitos conservadores no Estado. "Grande parte do povo pernambucano se identifica com as pautas conservadoras, com a preservação, o fortalecimento da família e seus valores.

Eu defendo tudo isso", disse ele ao Estadão. "Outro fator que também influenciou muito é o fato de eu ter posicionamento, ter um lado. Porque, na política, você precisa ter um lado. Eu represento a direita em Pernambuco." Nos Estados e no Distrito Federal, o Centrão costuma ser conservador em temas da chamada "pauta de costumes".

Nestas eleições, a capital federal elegeu para o Senado a exministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos Damares Alves (Republicanos).

Mas, ao menos para a Câmara Distrital, a onda conservadora que derrotou o antigo clã Arruda para o Senado elegeu apenas três deputados de pautas religiosas e de costumes. A maior bancada costuma ser a de sempre em Brasília: a dos **servidores públicos**, que terá oito cadeiras na Câmara Distrital, sendo quatro de partidos do Centrão. O bloco se mostrou diversificado em Brasília.

Um deputado eleito pelo PL, por exemplo, defendeu motoristas de aplicativos e outro, pessoas com deficiência física.

BASE. Em uma eleição marcada pela continuidade e não pela renovação, o perfil médio do deputado eleito para a Assembleia Legislativa de São Paulo é semelhante ao de Edmir Chedid (União Brasil). Ele



garantiu este ano mais um mandato em sequência - está na Casa desde 1995. Defende pautas de economia e infraestrutura e procura direcionar verbas para seu reduto: região Bragantina e Circuito das Águas. Integrante da base do governador Rodrigo Garcia (PSDB), ele manteria a posição num possível governo Tarcísio de Freitas (Republicanos). Se o resultado for favorável a Fernando Haddad (PT), porém, Chedid evitaria se colocar prontamente na oposição. "Iria analisar cada um dos projetos que vêm à Alesp, como faço atualmente." Assim como acontece em Brasília, o Centrão nos Estados costuma ter como marca o apoio ao chefe do Executivo - independentemente da cor ideológica do governante de turno. Em Goiás, Bruno Peixoto (União Brasil) conseguiu um quarto mandato na Assembleia Legislativa. A função de líder do governo Ronaldo Caiado (União Brasil) garantiu que obtivesse o maior número de votos da história da Casa, 73.692. Nas vitórias anteriores, ele estava na oposição. O recorde nas urnas era do tucano Mané de Oliveira, eleito em 2014 com 62.655 votos.

Na Bahia, o PP pode voltar a apoiar o PT, caso o candidato do partido, Jerônimo Rodrigues, saia vencedor contra ACM Neto (União Brasil) no segundo turno. Na semana passada, o ex-governador baiano Rui Costa (PT) admitiu estar negociando com o PP, que é aliado ao governo Bolsonaro no âmbito federal.

"DOBRADINHA". O cientista político Danilo Medeiros observou que há poucas pesquisas sobre quais fatores afetam a eleição dos deputados estaduais, mas a literatura existente sugere que a velha dobradinha entre candidatos a deputado estadual e federal ainda tem um peso grande.

Pesquisador do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap), ele afirmou que pesquisas tentam fazer uma inferência no nível da urna.

Estudos mostram que "santinhos" conjuntos de um estadual e um federal têm mais impacto, porque na urna em que um determinado federal é bem votado, o estadual ligado a ele costuma ter boa votação.

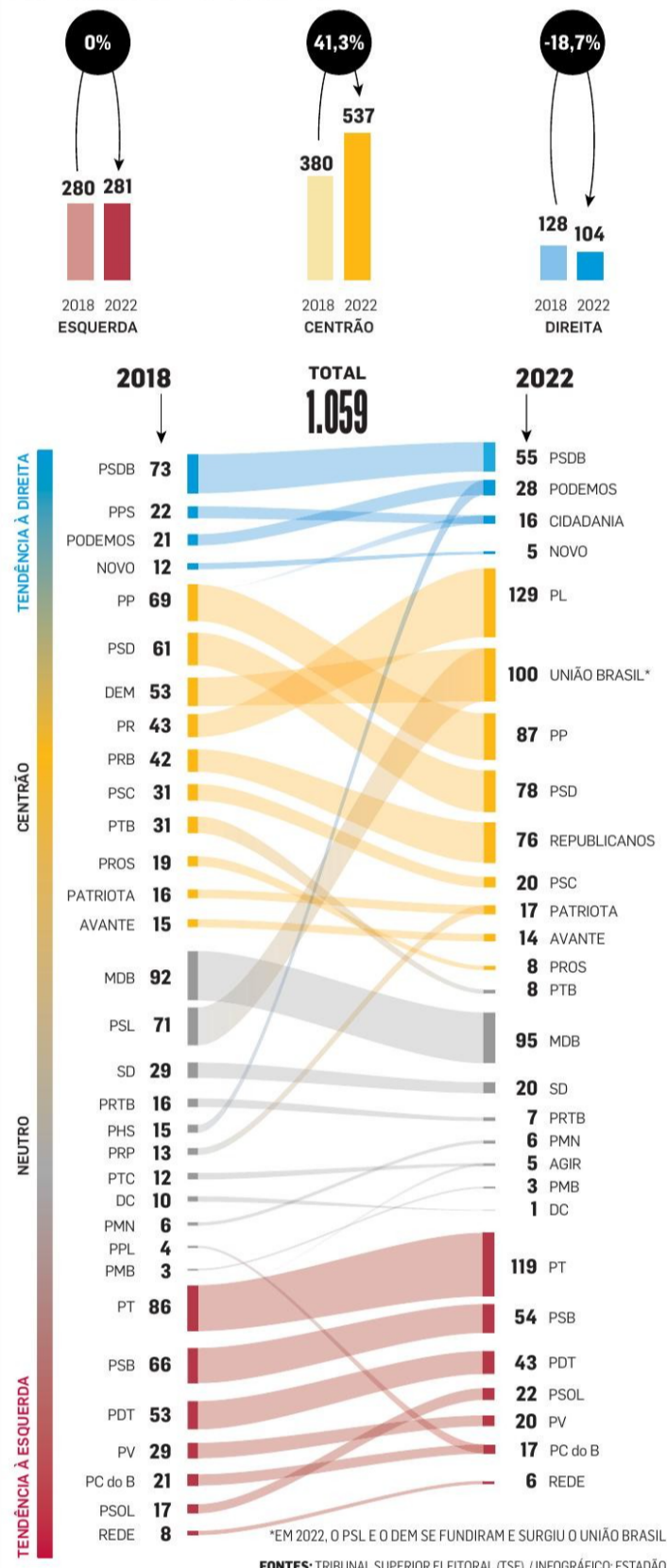
Em comum

Nos Estados, o Centrão costuma ter como marca o apoio ao chefe do Executivo

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

## PARTIDOS NAS ASSEMBLEIAS LEGISLATIVAS

Comparação entre a composição das legendas eleitas nos Estados em 2018 e em 2022



# Cidades dos EUA testam tarifa zero de ônibus

**Rafael Balago**

A cidade de Alexandria, nos Estados Unidos, tem um sistema de ônibus considerado quase que dos sonhos: os coletivos passam em intervalos curtos, geralmente chegam com assentos vagos, mantêm o ar condicionado em temperatura agradável -e são grátis.

O município de 154 mil habitantes, a 10 km de Washington, recebeu verba do governo da Virgínia para testar, por três anos, o modelo de tarifa zero. A iniciativa começou em setembro de 2021 e tem colhido bons resultados: o sistema recuperou 95% do volume de passageiros do pré-pandemia.

Nos EUA, mesmo com a reabertura das atividades, o transporte público continua com procura menor. Em todo o país, trens e ônibus receberam 17,2 milhões de usuários por dia no segundo trimestre de 2022. O número é 60% do registrado antes da crise sanitária; no mesmo período de 2019, a média era de 27,7 milhões por dia, segundo a APTA (Associação Americana do Transporte

Público). O fenômeno é visto também no Brasil.

Assim, várias cidades americanas estão fazendo experimentos com a tarifa para tentar atrair o público de volta. Em Boston, três linhas de ônibus têm tarifa zero desde março e ficarão assim ao menos até 2024. Em Washington, há tarifa mais barata aos fins de semana. Em Nova York, se um usuário fizer 12 viagens em sete dias ou gastar mais de US\$ 33 (R\$ 171) em tarifas, os demais deslocamentos na semana serão grátis -não é preciso fazer cadastro, basta usar a mesma forma de pagamento todas as vezes, seja cartão de transporte, bancário ou o celular.

Em Alexandria, porém, o governo percebeu que só a tarifa grátis não seria suficiente para atrair passageiros; rotas foram alteradas e a quantidade de veículos foi aumentada. Funcionou. Quando a reportagem esteve na cidade, era raro ver pessoas por mais de cinco minutos no ponto.

"Se uma pessoa sai de casa e sabe que pegará o ônibus em 10 ou 15 minutos, está disposta a esperar. Se for demorar 20 ou 30 minutos, não. A frequência dos ônibus é ponto muito importante para o sucesso",

explica Canek Aguirre, conselheiro da cidade (cargo equivalente ao de vereador) e um dos idealizadores da iniciativa.

A mudança nas rotas buscou priorizar o atendimento a idosos, minorias (como imigrantes) e pessoas de baixa renda. A prefeitura também quer que os ônibus ajudem as pessoas a realizar outras tarefas ao longo do dia. "Estamos tentando mudar a mentalidade de levar as pessoas de casa para o trabalho e vice-versa. Elas têm outras coisas a fazer: ir ao médico, ao mercado, buscar as crianças."

Em meio à crise sanitária, o governo federal e estados passaram a dar dinheiro para custear operações dos sistemas de transporte, como pagar combustível e salários dos motoristas. Antes, os investimentos eram concentrados em gastos pontuais, como a compra de veículos novos e a realização de obras viárias. Com isso, as cidades conseguiram manter frotas rodando e pensar em novos modelos.

A tarifa grátis em Alexandria é custeada por um programa estadual, que busca provar se a ideia pode funcionar na prática. Aguirre aponta que o custo anual para manter as 11 linhas de Alexandria operando de forma gratuita é de cerca de US\$ 25 milhões (R\$ 129,4 milhões) -3% do Orçamento municipal. Depois que o teste acabar, será preciso debater se o gasto poderá ser incorporado de fato às contas públicas, a serem pagas por meio de **impostos**, ou se haverá outra fonte de recursos.

Alexandria reúne condições que a tornam indicada para o experimento: é pequena, mas adensada; fundada em 1749, quando os EUA ainda eram colônia britânica, mantém ar antigo, com ruas estreitas e casas baixas. Em cidades maiores, a tarifa grátis é desafio mais amplo e demanda gastos bem mais altos.

Eric Goldwyn, professor de urbanismo e transporte na Universidade de Nova York, lembra que metrópoles que testaram a tarifa zero acabaram vendo uma questão social se sobrepor ao experimento. "Pessoas sem teto andavam nos ônibus o dia todo, gerando reclamações e servindo como desestímulo para outros passageiros potenciais. Nossas cidades não estão fazendo um bom trabalho social."

Ele põe a questão, então, em perspectiva. "Se você

vai gastar milhões de dólares para ônibus grátis, poderia usar esse dinheiro e os milhões arrecadados com a tarifa para adquirir mais veículos e fazer outras coisas", diz. "O dinheiro é mais bem gasto se for usado para criar um serviço mais frequente e confiável, com descontos para alguns públicos."

A adoção da tarifa zero em metrópoles também esbarra na necessidade de acordos políticos amplos, envolvendo municípios e até estados vizinhos. A região metropolitana de Washington se divide entre o Distrito de Columbia e os estados de Maryland e Virgínia, e é atendida por um sistema parcialmente integrado de ônibus e metrô. Assim, embora Alexandria fique a menos de dez estações da Casa Branca, a chance de a viagem ser grátis parece distante.

Questionado sobre a possibilidade, Aguirre suspira. "Não há nada que eu amaria mais do que um sistema de metrô grátis. Não acho que estamos perto disso. Mas pode haver um futuro para isso? Com certeza."

"Se você vai gastar alguns milhões de dólares para ônibus grátis, poderia usar esse dinheiro e os milhões arrecadados com a tarifa para adquirir mais veículos e fazer outras coisas Eric Goldwyn professor de urbanismo e transporte na Universidade de Nova York

**Site:**

**<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=500>**

**60**



# Juro alto e investimento pressionam o endividamento das companhias



Funcionários trabalham em fuselagem de aviões da Azul, em Campinas. Tony Weston - 14 Jan 2022 / Ministério da Saúde

## Lucas Bombana

O patamar elevado da taxa básica de juros e as dificuldades financeiras causadas pela pandemia, pela guerra na Ucrânia e pelo risco de desaceleração global têm se refletido no nível de endividamento das empresas com ações negociadas na Bolsa.

Além disso, os planos de investimento para expandir as operações também contribuem para o grau de endividamento das companhias listadas.

Levantamento da plataforma TradeMap indica as empresas que compõem o Ibovespa com o maior nível de endividamento até junho de 2022, consideradas as informações trimestrais (ITR) enviadas à Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Os dados consideram a relação entre a dívida líquida e o Ebitda (lucro antes de juros, **impostos**, depreciações e amortizações), um indicador da capacidade de geração de caixa. A taxa é usada por analistas de mercado para mensurar o endividamento de uma empresa.

(O Ebitda é visto pelos investidores como uma boa medida de quanto a empresa gera de recursos com suas atividades operacionais, sem contar **impostos** e outros efeitos financeiros. A taxa relação entre a dívida e o Ebitda mostra em quantos anos o débito seria pago apenas com os recursos gerados pelas operações.)

O levantamento da Trade Map não considera os indicadores ajustados pelas companhias para expurgar efeitos como investimentos em expansão.

No recorte setorial, empresas de educação e de energia estão entre as que aparecem com maior nível de endividamento -seja pelos prejuízos das educacionais nos últimos meses, que sofreram com o aumento das despesas financeiras, ou pelos investimentos para expansão da rede, no caso das elétricas.

O setor imobiliário, que sofre um impacto negativo da alta dos juros para os financiamentos e para a demanda de compra dos consumidores nos shoppings, também aparece entre os destaques.

Segundo Jader Lazarini, analista CNPI do TradeMap, as empresas mais alavancadas, com maior nível de dívida em relação à geração de caixa, costumam fazer parte de setores que enfrentam algum tipo de dificuldade na retomada dos negócios pós-pandemia e por causa da desaceleração da economia global.

Bruno Imaizumi, economista da LCA, acrescenta que, em um cenário de juros elevados, as empresas têm uma dificuldade maior para conseguir empréstimos para alavancar seus negócios.

"Outra dificuldade é o desincentivo que as pessoas têm para consumir bens e serviços, o que pode desaquecer alguns setores como comércio e serviços e, conseqüentemente, fazer com que as empresas possivelmente gerem menos receita", afirma Imaizumi.

Já entre os destaques individuais, a liderança ficou a cargo da Azul, do setor aéreo.

Lazarini diz que a empresa deve demorar para conseguir reduzir o nível de endividamento, já que a operação tem sido impactada pelo aumento do preço dos combustíveis e pelas despesas financeiras por causa da Selic elevada.

"A dinâmica de endividamento majoritariamente dolarizado e a receita em reais não é o melhor dos mundos, mas os dados de tráfego de agosto demonstram que as taxas de ocupação dos voos internacionais e o volume dos voos domésticos acima do patamar pré-pandemia estão numa retomada de rentabilidade", diz o analista.

Ele afirma ainda que o endividamento das empresas varia de acordo com o setor de atuação e o momento

operacional de cada uma.

No caso da Hapvida, diz o especialista, o grau de endividamento tem relação com a fusão com a NotreDame Intermédica, com o pagamento de parcelas aos acionistas da empresa adquirida como parte do acordo.

Já em relação à BRF, prossegue Lazarini, o endividamento está mais relacionado à evolução da receita nos últimos meses, que cresceu em menor proporção do que os custos de produção. "Mesmo consumindo menos caixa do que no mesmo trimestre do ano passado, a BRF viu seu endividamento aumentar."

A BRF informou por meio de **comunicado** que possui um prazo médio de dívida "confortável", em torno de 9 anos, sem grandes vencimentos ou amortizações concentradas em curto prazo.

"Com a alta da Selic e o eventual encarecimento de encargos (juros), a companhia ressalta que emprega ainda maior diligência nas decisões de alocação de capital."

#### NEM SEMPRE TER DÍVIDA EM BALANÇO É RUIM, DIZ ESPECIALISTA

Empresas de varejo também seriam destaque no levantamento, mas o analista do TradeMap ressalta que há uma particularidade a ser considerada nesse caso.

Isso porque as empresas e os analistas do setor costumam considerar os recebíveis de cartão de crédito oriundo das vendas em prestações como parte das disponibilidades em caixa e não como dívida.

O Magazine Luiza, por exemplo, informou que, ao final de junho, tinha um caixa total de R\$ 9 bilhões, incluindo R\$ 1,9 bilhão em caixa e aplicações financeiras e R\$ 7,1 bilhões em recebíveis de cartão de crédito.

"Os recebíveis de cartão de crédito possuem liquidez imediata, ou seja, podem ser convertidos em caixa instantaneamente. Caso desejasse liquidar todas as suas dívidas, hoje, com recursos próprios, o Magalu ficaria com um saldo de R\$ 2,1 bilhões em caixa", informou a empresa.

Na mesma linha, a Via diz que a avaliação de alavancagem deve necessariamente levar em conta os recebíveis de alta liquidez. "Considerando as saídas de caixa e também os recebíveis de alta liquidez, que são inerentes à operação de crédito da empresa, nossa alavancagem é positiva", diz a empresa.

Diretor do Centro de Estudos em Finanças da Fundação Getúlio Vargas (FGVcef), William Eid Junior diz ainda que é comum as pessoas terem a percepção de que ter uma dívida em carteira é ruim.

"Em geral, não é. A dívida é parte da estrutura de capital da maioria das empresas, pois ela tem custo menor que o capital dos sócios", diz o especialista. "Do ponto de vista do investidor, emprestar tem menos risco do que se tornar sócio."

Ele assinala que a dívida tem prazo para vencer e prevê o pagamento de juros, diferentemente das ações, que não possuem essas mesmas características. E, em caso de falência da empresa, o detentor da dívida tem preferência no recebimento do valor em relação ao acionista, o que contribui para o menor risco comparado com o investimento via ações.

Eid Jr acrescenta, contudo, que quando a empresa acumula um patamar excessivo de dívida, os investidores podem passar a avaliar que ela não terá a capacidade de pagar suas obrigações. "E aí as coisas se complicam. Você pode ver isso nos ratings das empresas e países."

#### EMPRESAS DE ENERGIA APONTAM AUMENTO DOS INVESTIMENTOS PARA EXPANDIR OPERAÇÕES COMO PRINCIPAL RAZÃO PARA O ENDIVIDAMENTO

Entre as empresas do levantamento que retornaram aos pedidos de comentário, os investimentos em curso para a expansão das operações e ajustes considerados em relação aos dados contábeis foram apontados para justificar os resultados.

A Energisa disse que a alavancagem está em linha com sua estratégia de expansão e diversificação em negócios que são fortes geradores de caixa, como os segmentos de distribuição, transmissão e geração de energia.

A empresa do setor elétrico destacou ainda que, considerada a dívida líquida sobre o ebtida ajustado, a relação estava em 2,8 vezes no final de junho, abaixo dos limites definidos em sua política de gestão de riscos.

Na mesma linha, a Engie Brasil informou que sua estrutura de capital "é bastante alinhada com sua ambição de crescimento e executada com disciplina financeira. Se analisarmos o setor em que atuamos, que exige capital intensivo, bem como o histórico de sucesso da companhia nos últimos 20 anos, podemos garantir que o nosso olhar para o futuro é sólido, consistente e equilibrado."

A Engie indica ainda que possui atualmente uma relação entre dívida líquida e ebitda de 2,1 vezes, e que a manutenção do rating triplo A propicia acesso facilitado e custo competitivo de dívida para financiar o crescimento das operações.

A empresa destacou também que investiu R\$ 21,5 bilhões entre 2017 e 2021 em novos projetos, com um aumento de R\$ 16 bilhões na dívida bruta, com a relação entre dívida e ebtida passando de 0,3 vezes para 2,1 vezes no intervalo. "Ou seja, estávamos subalavancados e atualmente temos uma estrutura de capital mais eficiente. E mesmo com esse volume expressivo de investimentos nos últimos anos, realizado sem a necessidade de chamada de aporte de capital dos acionistas, nosso balanço ainda nos permite continuar crescendo com níveis seguros de alavancagem."

A Vibra, antiga BR Distribuidora, afirmou que a "capacidade financeira e resiliente geração de caixa são diferenciais importantes na captura das oportunidades que a companhia prevê no médio e longo prazo. Os indicadores atuais da companhia estão em patamares confortáveis quando observam-se os investimentos realizados para colocar em andamento a estratégia para alavancar as operações do "core business" [negócio principal] atual e para a entrada em novos mercados."

Ainda de acordo com a Vibra, pelos cálculos ajustados pela empresa, de modo a incorporar fatores como os projetos de expansão em curso, despesas com depreciação e amortização, perdas e provisões com processos judiciais, entre outros aspectos, a relação entre a dívida líquida sobre o ebtida era de 2,4 vezes ao final de junho.

Já a Ultrapar disse que "vem reduzindo seu endividamento, alavancagem e custo de dívida em paralelo, com resultados já capturados nos balanços mais recentes e com melhorias previstas para os próximos trimestres."

De acordo com a empresa, o endividamento foi reduzido em cerca de 30% entre dezembro de 2021 e junho de 2022, reflexo da melhoria de resultados das três principais empresas do portfólio -Ipiranga, Ultragas e Ultracargo-, a entrada de caixa com a venda de empresas que deixaram de fazer parte da estratégia de longo prazo, como ConectCar, Oxiteno e Extrafarma, e a gestão do endividamento, com pré-pagamento das dívidas mais caras, reduzindo substancialmente o efeito do aumento de juros.

Com ajustes, a dívida líquida sobre o ebtida encerrou junho em 2,2 vezes, contra 2,9 vezes em dezembro de

2021, aponta a companhia.

A Cosan, por sua vez, disse que o "índice de alavancagem pró-forma [que considera as dívidas das empresas controladas e da Raízen, joint venture em parceria com a Shell] no segundo trimestre de 2022 é de 2,44 vezes, versus 2,7 vezes no período anterior, reflexo da melhor performance operacional de todas as empresas do grupo."

No caso da Rumo, de logística, a empresa assinalou que "o nível atual [de endividamento] encontra-se abaixo dos limites negociados junto a credores."

Do setor de saúde, o Fleury informou que os cálculos internos indicam que "o nível de alavancagem da companhia é de 1,8 vezes", incluindo contas a pagar de aquisições, e sem considerar financiamentos por arrendamentos de R\$ 754 milhões como dívida.

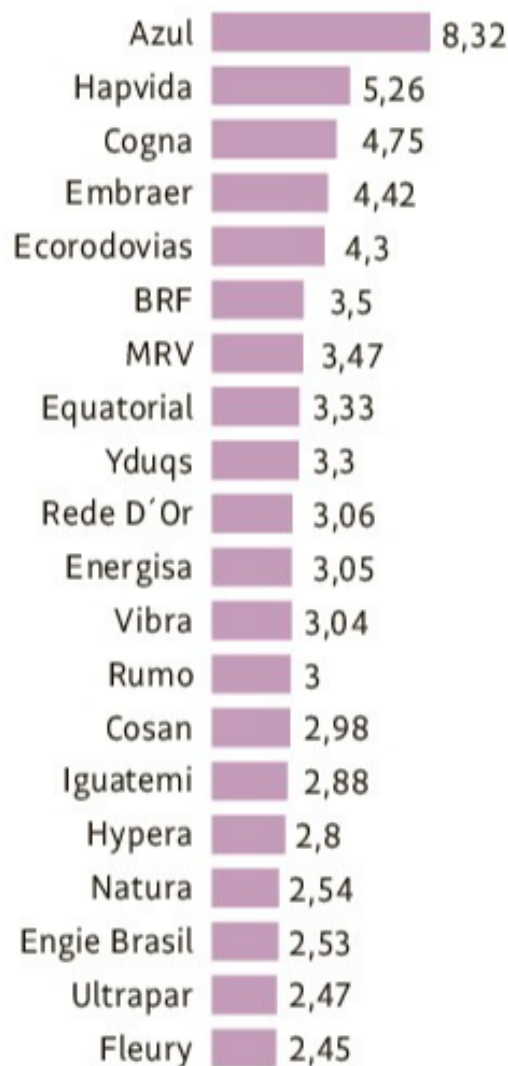
**Site:**

**<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50060>**



## Nível de endividamento das empresas do Ibovespa

Em número de vezes\*



Base: junho/2022

Obs: empresas de varejo Via, Magazine Luiza e Americanas ocupariam a 2ª, 3ª e 19ª posição, respectivamente, mas foram excluídas pelo endividamento considerar valores a receber de compras com cartões de crédito

\*Indicador considera a dívida líquida em relação à geração de caixa das empresas, com base nos dados contábeis dos formulários de informações trimestrais (ITR) entregues à CVM | Fonte: TradeMap

# Viagens aéreas precisam ficar mais baratas no Brasil, diz Iata

**JULIANA ESTIGARRÍBIA BUENOS AIRES | A  
REPÓRTER VIAJOU A CONVITE DA ACI**

Embora reconheça o progresso da aviação brasileira nos últimos dez anos, o vice-presidente regional da Associação Internacional de Transportes Aéreos (Iata, na sigla em inglês) para Américas, Peter Cerdá, afirma que as viagens aéreas ainda precisam se tornar mais acessíveis no País - o que, em sua visão, envolve principalmente a redução dos custos de combustível.

Segundo o dirigente, o brasileiro viaja pouco de avião, especialmente no mercado doméstico, onde as dimensões são continentais.

"As concessões de aeroportos no Brasil estão indo para o lugar certo, trazendo boa qualidade de serviço, mas a média de viagens aéreas ainda é baixa.

Temos de tornar as viagens mais acessíveis, os **impostos** sobre combustível ainda são altos", disse o dirigente em entrevista ao Estadão/Broadcast, durante a assembleia e conferência anual do Conselho Internacional de Aeroportos América Latina e Caribe (Acilac, na sigla em inglês), promovido em Buenos Aires.

Segundo Cerdá, a Iata vem trabalhando com a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) e representantes do Congresso para o estabelecimento de políticas regulatórias que ajudem a "aviação a crescer". Ele disse que, no Brasil, a média de viagens por habitante/ano é de 0,42. "É preciso ter mais oportunidades de conectividade." PERSPECTIVAS. O executivo disse que a eleição de governos na América Latina com campanhas políticas baseadas em "reformas sociais" pode trazer como uma das consequências o aumento de **impostos**.

"Temos visto na região a eleição de governos mais de centro- esquerda, menos voltados para uma economia de mercado.

Queremos ter certeza de que esses governos entendem o valor da aviação e do transporte aéreo para a retomada econômica, impor novas taxas seria contraditório a esse objetivo", disse Cerdá.

**Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>**

# Preço do combustível e tributo estão na mira do setor

A Associação Internacional de Transportes Aéreos (IATA, na sigla em inglês) colocou em sua agenda de longo prazo para o mercado brasileiro a necessidade de reduzir a carga tributária sobre o querosene de aviação (QAV). Segundo Peter Cerdá, esse é basicamente um problema no âmbito estadual.

"Precisamos retirar a taxa sobre o combustível principalmente nas viagens internas.

São impedimentos que tornam os voos mais caros para o brasileiro, especialmente em viagens domésticas. Os governos têm de entender que a aviação é um modal de transporte público", afirmou.

O PIS, o Cofins e a Cide estão zerados para combustível de aviação até o fim do ano, de acordo com o secretário Nacional da Secretaria de Aviação Civil (SAC) do Ministério da Infraestrutura, Ronei Glanzmann.

"Estamos trabalhando para continuar com esses **impostos** zerados até 2023, talvez 2024 ." Ele acrescentou que, apesar da redução do teto do ICMS para combustíveis, o QAV brasileiro continua sendo um dos mais caros do mundo.

"Existe um trabalho sendo feito na cadeia produtiva do combustível. O setor é muito concentrado nas mãos da Petrobras, o único grande refinador no Brasil ainda é a empresa", disse o secretário. "No mercado brasileiro, temos basicamente três distribuidores (de QAV), mas outras empresas querem entrar e nós queremos fomentar isso, porque com competição conseguimos abaixar preços", acrescentou Glanzmann.

Cerdá observou ainda que a guerra inesperada na Ucrânia levou a uma desaceleração da retomada do setor aéreo em todo o mundo. "O combustível ficou mais caro." Apesar dos desafios no Brasil e na região, o diretor-geral da ACI World, Luis Felipe de Oliveira, vê a América Latina liderando a retomada da aviação global. "Sabemos que o setor vai dobrar de tamanho nos próximos 20 anos e o crescimento virá de países da América Latina, África e Ásia."

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Brasileiro precisa transformar a solidariedade em filantropia (Editorial)

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Estudo contesta municípios e vê interdependência entre ISS e ICMS

*Marta Watanabe De São Paulo*

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187352?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187352?page=1&section=1)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187352?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187352?page=1&section=1)

# Incerteza fiscal elevada freia otimismo no mercado de juros

*Victor Rezende e Gabriel Roca De São Paulo*

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187352](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187352)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187352](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187352)

# Imposto menor pode não afetar arrecadação

Nem sempre uma redução de alíquotas de **impostos** significa uma arrecadação menor para os governos, argumentam os defensores da **reforma tributária**. Mas, para manter um nível de receita que continue garantindo o equilíbrio das contas, é preciso promover algumas mudanças na forma de taxação, que aumentem a arrecadação em outras fontes e estimulem o aumento do consumo.

No Projeto de Lei Orçamentária Anual, encaminhado à Assembleia Legislativa, no último dia 30, o governo de Goiás estima uma queda de R\$ 5,5 bilhões na arrecadação em 2023. Um dos motivos seria a redução do ICMS de combustíveis, energia, comunicações e transporte.

Este ano, números mensais da arrecadação do imposto, obtidos junto à Associação Goiana de Municípios (AGM), mostram que, depois de uma queda de 9,3% em agosto, sobre o mesmo período do ano passado, em setembro, Goiás arrecadou 16,8% mais que neste mês de 2021. "Os municípios ainda não sentiram impacto na redução de repasses", informa o assessor financeiro da AGM, Túlio Seliak.

Uma das explicações pode estar no aumento do consumo de combustíveis e de outros itens. O presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Derivados de Petróleo em Goiás (Sindiposto-GO), Márcio Andrade, informa que o consumo cresceu cerca de 3% nos últimos meses, o que é representativo em termos de volume. Mas ele prevê que este dinheiro economizado nos postos tenha ido para o consumo de outros itens, que também são tributados. "A arrecadação sobre combustíveis pode ter caído, mas crescido em outros produtos", estima.

O economista, advogado e contador Edilson Aguiar, professor de Economia e Direito da PUC Goiás, lembra que o consumo de combustíveis varia pouco perante o comportamento dos preços. Isso porque não há uma redução significativa da venda quando o preço sobe, por se tratar de um produto importante no cotidiano, e também não há crescimento na mesma proporção da queda de preços.

"A compra de combustíveis deve ter crescido em setembro por conta das eleições. Neste mês de outubro, pode haver uma redução", prevê Edilson.

De qualquer forma, ele concorda que o que é economizado no posto acaba indo para outros produtos e serviços também tributados. "Por isso, a arrecadação não seria

tão reduzida como se pensava, pois economicamente o consumo vai para outros itens tributados, além da redução do custo do frete, que ajuda a segurar reajustes de outros preços e a **inflação**", destaca.

Para o economista, a **reforma tributária** pode acontecer sem prejuízo à arrecadação, pois quando a carga é alta, a sonegação também aumenta. "Não vale a pena o governo deixar de receber porque a pessoa não consegue pagar", alerta. Ele acredita que, com uma simplificação tributária, as pessoas tendem a pagar mais seus **impostos** para terem mais tranquilidade. "A saída é simplificar para reduzir a sonegação e arrecadar mais".

## Consumo x capital

Para o advogado tributarista Cairon Santos, o sistema tributário brasileiro é eficiente e arrecada bem, mas é muito complexo. Por isso, as alíquotas altas estimulam a sonegação. Mas no caso da redução do ICMS sobre os combustíveis e energia elétrica, por exemplo, o estado consegue arrecadar 100% na fonte, sem sonegação. "Mesmo depois da redução, esta alíquota atual de 17% ainda é alta. Mas a anterior, de até 30%, é muito maior e mais complexa", destaca.

Cairon ressalta que toda redução é boa para o contribuinte porque a carga atual é elevada. Ele lembra que todos os **impostos** representam 36% do **PIB**, contra 25% em outros países parecidos com o Brasil. **Impostos** tão altos fazem com que os governos sejam praticamente sócios das empresas, ao consumirem boa parte do faturamento. "Muitas vezes, o poder público lucra até mais que o empresário, o que desestimula", alerta.

Aí entra a tese de que a redução do imposto resultaria num aumento do consumo, compensando a queda na arrecadação. Para seus defensores, se o valor fosse menor, mais pessoas poderiam pagar e a sonegação seria reduzida, mantendo a arrecadação. "Hoje, poucos pagam muito", ressalta o tributarista. Mas o maior problema, segundo ele, é que a tributação é mais baseada no consumo, o que penaliza os mais pobres, que pagam o mesmo imposto que o rico sobre um pacote de arroz, por exemplo.

As outras fontes são o trabalho e o capital. "Mas a tributação sobre capital e patrimônio aqui é muito baixa: de 4% e 8%, enquanto outros países lutam para reduzir para 45%", conta Cairon. Vale lembrar que esta tributação incide sobre um excedente, que a

maioria dos pobres não consegue fazer. "O ideal é tributar mais o capital e menos o consumo. Mas não acredito que uma ampla reforma possa passar, só algumas mudanças, pois o assunto é muito complexo e exige tempo e planejamento", avalia.

**Site: <https://irp.cdn-website.com/b7ef8ca5/files/uploaded/CapaOPOPULAR10102022.pdf>**

**Redução no bolo do ICMS pode impactar municípios**

Caso a queda de R\$ 5,5 bilhões na arrecadação estadual se confirme em 2023, os municípios goianos serão impactados pela redução do repasse constitucional de 25%, principalmente aqueles que já têm uma redução prevista no Índice de Participação (Coíndice) para o próximo ano. Vale lembrar que 85% deste valor são divididos com base na arrecadação de cada município, 10% são divididos igualmente entre todos e 5% são o ICMS Ecológico, que é dividido de acordo com a categoria em que cada um se encontra pelo atendimento de critérios da lei.

O advogado tributarista André Abrão lembra que uma queda na arrecadação de ICMS impacta no montante do bolo a ser dividido semanalmente entre os municípios, que fica menor. Já o índice de participação pode ser reduzido ou elevado de acordo com o comportamento da arrecadação em cada município. Isso por acontecer, por exemplo, se a cidade perde uma grande empresa. Outra fonte de mudança no Coíndice pode ser a alteração de categoria no ICMS Ecológico.

Mas André Abrão lembra os gestores municipais que ainda é possível recorrer contra mudanças no índice de participação que possam comprometer a prestação de serviços públicos. O prazo de 30 dias para recurso vai até 4 de novembro. "Muitos municípios pequenos sobrevivem do Fundo de Participação do Municípios (FPM) e da distribuição de ICMS", destaca o advogado tributarista.

Ele alerta que é preciso ter havido uma mudança drástica na economia do município para produzir uma queda brusca em seu Coíndice. Caso contrário, o melhor caminho é pedir a revisão. "Muitos municípios já tiveram sucesso nesta revisão. Os prefeitos quase sempre enfrentam dificuldades com escassez de recursos e sobrevivem desse repasse", explica André. Além disso, ele lembra que é possível pedir a alteração da categoria de enquadramento do ICMS Ecológico.

**Cairon Santos, advogado tributarista: sistema tributário brasileiro é muito complexo e tem alíquotas altas**

**Muitos municípios pequenos sobrevivem do Fundo de Participação do Municípios (FPM) e da distribuição de ICMS" André Abrão, advogado tributarista**



# Bolsonaro diz que ampliação do STF será decidida após 2º turno

**Alessandra Saraiva**

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187352?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187352?page=1&section=1)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187352?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187352?page=1&section=1)

# O desafio do equilíbrio fiscal



**ROSANA HESSEL**

O consenso entre analistas é que o maior desafio do próximo governo será o controle das despesas e o equilíbrio fiscal. Apesar de o governo Jair Bolsonaro (PL) tentar minimizar o problema, especialistas são categóricos ao afirmar que um novo arcabouço fiscal será inevitável no próximo governo, seja ele qual for. E, para que isso ocorra, o próximo presidente terá que saber negociar com um Congresso que não vai querer abrir mão da "boquinha" de quase R\$ 20 bilhões anuais de emendas do relator, as polêmicas RP9 ou orçamento secreto, muito pouco transparentes.

Nesse sentido, a economista Alessandra Ribeiro, sócia da Tendências Consultoria, destaca que a capacidade de articulação do novo governo com o Congresso será fundamental para garantir a governabilidade e os ajustes necessários no Orçamento de 2023, que tem pouquíssimo espaço de manobra. "O próximo mandatário chega com temas pesados e com um Congresso que não vai querer abrir mão do orçamento secreto nas negociações", alerta.

O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) já prometeu acabar com o teto de gastos, mas analistas reconhecem que Bolsonaro já fez isso em 2021, quando enviou ao Congresso a PEC dos Precatórios, e não será fácil fazer qualquer ajuste para conter o aumento de gastos em curso com a economia encolhendo.

"O Fiscal é um desafio monstro no ano que vem, porque não há sinais claros de nenhum dos candidatos sobre o que será feito. Só promessas que pioram ainda mais as contas públicas no ano que vem", alerta o economista Sergio Vale, economista-chefe da MB Associados. Ele prevê 0,5% de crescimento do **PIB** em 2023 e piora nas contas públicas, pois o rombo fiscal deverá ser superior a R\$ 100 bilhões, devido ao forte aumento desenfreado de gastos neste ano e que deve continuar no ano que vem. Esse resultado, aliás, ficará acima da meta fiscal prevista na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2023, que permite um deficit primário de até R\$ 69 bilhões nas contas do governo federal.

O economista-chefe do Banco Alfa, Luis Otavio de Souza Leal, que também prevê alta de 0,5% no ano que vem, engrossa o coro: "O maior desafio é a questão fiscal." Com o resultado das urnas no primeiro turno, as chances de uma guinada mais à esquerda do ex-presidente Lula no governo são baixas, segundo os analistas. Ao ver deles, o petista precisará negociar com o centro para conseguir governar, mas isso não deverá ser um obstáculo. E, além disso, argumentam que o bloco do Centrão é muito mais flexível do que se imagina.

Julio Hegedus, economista-chefe da Mirae Asset, ressalta que, apesar da resistência de Lula em anunciar o que pretende na área econômica, o que ele tem falado sobre o teto de gastos parece uma "proposta razoável".

"O teto está no centro dos debates, mas o mercado pode ficar com o pé atrás, dependendo de quem Lula escolher. Sem uma definição, o mercado tende a continuar volátil", destaca Hegedus. No caso de Guedes, o fato de o ministro continuar alinhado com Bolsonaro é um fator positivo, mas tudo dependerá de como será a interlocução entre eles em um eventual segundo mandato.

"Os planos de governo, tanto de Lula quanto de Bolsonaro, não são muito claros e o direcionamento só poderá ser dado quando os nomes forem colocados à mesa", destaca. Para o analista da Mirae, contudo, é possível que Lula seja mais pragmático, como quando assumiu em 2002, pois fez ajustes fiscais importantes no início do mandato. Já Bolsonaro, na avaliação dele, estará distante da agenda liberal porque precisará enfrentar vários problemas fiscais criados por ele mesmo, principalmente, depois de criar um monte de medidas eleitoreiras com a PEC Kamikaze e que

difícilmente serão canceladas no fim deste ano. "O governo Bolsonaro deixou de ser liberal há tempos. Agora, ele está com dificuldade para se reeleger, mas não é por causa da economia, pois a **inflação** é administrável e não deve explodir neste ano e, muito menos, no ano que vem. O problema é que o conjunto da obra durante a pandemia foi muito desgastante", frisa.

Mesmo onde houve avanços no atual governo, como a reforma da Previdência, Hegedus lembra que Bolsonaro não soube conduzir o processo e se omitiu quando os técnicos tentavam negociar com os parlamentares. "O governo manteve privilégios dos militares, o que foi muito ruim", critica.

Diante do aumento da preocupação do mercado com a questão fiscal, o economista Luiz Gonzaga Belluzzo, professor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), que segue a linha desenvolvimentista, critica o fato de grande parte dos economistas ortodoxos se preocuparem apenas com o corte de gastos. Ele destaca que será inevitável que o governo amplie as despesas em um ano em que haverá uma visível percepção de desaceleração da atividade econômica.

Na avaliação de Belluzzo, é preciso se preocupar com o que está acontecendo no mundo também, porque, depois da pandemia da covid-19 e os bancos centrais estão atacando o problema da **inflação** generalizada com o remédio errado no momento, que é a alta de juros, e as consequências já estão contratadas: recessão.

"A estrutura da economia internacional está desmilinguindo e continuam utilizando velhos remédios para novos problemas", destaca. O problema do endividamento elevado do país não é tão grave porque a dívida pública é majoritariamente interna - uma mudança expressiva ocorrida no governo do PT -, que contribuiu para que o país ficasse menos vulnerável aos choques externos, na avaliação de Belluzzo. Para ele, o próximo governo precisará melhorar a articulação.

# Por que a verdadeira defesa da agricultura brasileira é a conservação da natureza

## (Artigo)



**MERCEDES BUSTAMANTE** Professora da Universidade de Brasília e membro eleito da Academia Brasileira de Ciências

É difícil escolher qual o maior desserviço gerado pela ausência de visão para o país ao longo dos últimos quatro anos do governo federal. Entre os ataques ao processo democrático, a consolidação do orçamento secreto, o descaso com a saúde na pandemia, o negacionismo científico, a falta de políticas para a educação em todos os níveis, cabe também analisar os impactos extremamente negativos da fusão equivocada e destrutiva das pautas da agricultura brasileira com as ações de redução da proteção ambiental.

Tal fusão rendeu ao governo federal o apoio massivo da chamada bancada ruralista que, ao contrário do que deveria defender, privilegia a visão de curto prazo em um setor econômico que depende essencialmente da garantia de condições de longo prazo. O endosso de setores da política brasileira reforça a associação do agronegócio a pautas sem fundamento científico e sem futuro e que, sobretudo, projetam riscos sobre o próprio setor.

Os dados mais recentes do Inpe indicam o maior número de alertas de desmatamento na Amazônia

desde 2015. O crescimento do desflorestamento também afeta os demais biomas do país. A expansão das atividades de agricultura e pecuária sobre áreas de vegetação nativa perpetua práticas dissociadas tanto das demandas internacionais, como das perspectivas de viabilidade do setor e da construção de sua resiliência frente às incertezas crescentes.

A amálgama entre a defesa da agricultura e a desregulamentação ambiental, na verdade, beneficia um percentual pequeno de produtores que não cumprem as regras ambientais e macula a maioria dos produtores que atua de forma legal. Adicionalmente, termina por associar, por força da narrativa, o conjunto dos produtores a toda uma gama de atividades criminosas e violência que se expandem na presença do discurso e das ações contrários ao meio ambiente e sob o véu de suposta defesa do agronegócio.

A intensificação sustentável da agricultura é preferível a uma maior expansão sobre áreas naturais e é possível quando políticas adequadas estão em vigor para limitar o aumento da conversão de terras. Esforços para aumentar e diversificar a produção de alimentos através de maior rendimento e integração de sistemas, ao mesmo tempo em que se reduzem os impactos ecológicos adversos, aumentam a segurança alimentar.

Hoje, enquanto as áreas plantadas com milho e soja para exportação aumentam, há retração das áreas plantadas com arroz e feijão.

O desmatamento é reconhecido como um risco sistêmico para a economia universal. Globalmente, o Fórum Econômico Mundial calculou que US\$ 44 trilhões - mais da metade do PIB global - estão sob um risco significativo pelo aumento da degradação da natureza. No Brasil, sem dúvida, a agricultura estará entre as principais vítimas. Por isso, internacionalmente, cada vez mais plataformas e ferramentas vêm orientando o setor financeiro e a economia real na construção de cadeias de suprimentos livres de desmatamento e na utilização de mecanismos de rastreabilidade mais sofisticados e transparentes.

O descontrole do desmatamento e as mudanças no uso da terra são responsáveis pela maior fração das emissões brasileiras de gases de efeito estufa, ameaçam a biodiversidade que garante polinizadores, controle de pragas e doenças e a fertilidade do solo e os direitos e à subsistência das comunidades locais. Os usos da terra que contribuem com vários serviços para soluções climáticas, segurança alimentar e integridade dos ecossistemas dependem da trajetória da mudança do clima - quanto maior o grau de aquecimento, maior será a incerteza sobre a capacidade produtiva de nossos sistemas naturais e manejados. Quem, falsamente, defende a agricultura por meio da degradação do meio ambiente está destruindo as condições mais básicas para seu sucesso em um mundo em mudança.

# O Brasil do Mega-Centro-Oeste - MATHIAS ALENCASTRO

**MATHIAS ALENCASTRO**

O advento da China como principal parceiro comercial da América Latina foi o fenômeno mais estruturante do Brasil nos últimos dez anos. Enquanto os estados do Sudeste se arrastavam no marasmo da desindustrialização, a região Centro-Oeste passou pela fase mais transformadora da sua história. A era da pandemia é sinônimo de crescimento do **PIB**, fortalecimento da infraestrutura e inserção internacional.

Essa grande divergência pode ser identificada no universo cultural e financeiro. O sertanejo se especializou em narrar a rebelião do Centro-Oeste contra as elites litorâneas. Os bancos voltaram a atender o setor rural e celebram em suas campanhas o homem do campo. A Faria Lima ostenta seus empreendedores, mas quem faz rodar a máquina são os traders de commodities.

Essa região do país já manifestava a intenção de ir além da defesa de interesses setoriais e estender seu controle sobre a política nacional pelo menos desde 2016, alimentando as redes sociais e organizando o movimento evangélico.

A sabedoria popular ditava que o Centro-Oeste era poderoso economicamente, mas inofensivo eleitoralmente devido a sua demografia diminuta. No imaginário, ele ainda remete a imagens de extensas planícies de soja e pastagens pontualmente ocupadas por tratores e vaqueiros.

Historiadores lembravam que suas lideranças jamais conseguiram alcançar projeção nacional. Trancados nas bibliotecas e ocupados em brilhar nas redes sociais, os cientistas políticos tratavam a China como um ideal-tipo e sua ascensão global como um fenômeno mitológico, sem jamais atentar ao impacto na geografia política nacional.

Quando o ex-ministro da Infraestrutura Tarcísio de Freitas

(Republicanos) foi lançado candidato a governador, a oposição o caricaturou como um carioca alienado do estado de São Paulo. Só que Tarcísio não se posiciona como o postulante do Rio de Janeiro ou de São Paulo; ele é o candidato de Uberlândia e de

Cuiabá.

Sua plataforma política é encarnar a transição industrial do interior de São Paulo e sacramentar a passagem de testemunho das aristocracias da indústria cafeeira aos setores que comandam o agronegócio.

Historicamente conhecido pela sua identidade forte, o estado de São Paulo caminha para ser dissolvido dentro de uma macrorregião que começa depois de Campinas (SP) e se estende até Barcarena (PA) como uma força homogênea, o Mega-Centro-Oeste.

Independentemente do destino do estado mais rico da federação nestas eleições, as elites litorâneas, ocidentais e atlantistas devem assumir sua condição periférica dentro de um Brasil Central atrelado geoeconomicamente à Ásia.

Um país onde não tem PT nem Prerrô, tampouco GloboNews, e onde Adson e Alana cantam que "uma colheitadeira vale mais que uma Ferrari" e que "o Brasil não é mais o país do Carnaval [...], o Brasil agora é o país do agro".

Nesse clima de revolução cultural, dar espaço decisivo na campanha para Geraldo Alckmin (PSB), Simone Tebet e Helder Barbalho (MDB) é muito mais do que estratégia eleitoral. É um imperativo sociológico. O primeiro turno mostrou que é preciso governar com o Mega-Centro-Oeste. Senão ele vai governar você.

**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50060>

# Rússia acusa Ucrânia de terrorismo em ponte; bombardeio mata 20

A Rússia acusou ontem a Ucrânia de terrorismo pelo ataque à ponte no Estreito de Kerch, no sábado, e retaliou a sabotagem atribuída ao serviço secreto ucraniano com um bombardeio na cidade de Zaporizhzia que deixou pelo menos 20 mortos.

Segundo o presidente Vladimir Putin, o objetivo da explosão no sábado era destruir uma infraestrutura civil importante para o Kremlin.

De acordo com Alexander Batrikin, responsável no Kremlin pela investigação, o caminhão que explodiu sobre a ponte veio da Rússia e passou por diversos países do Leste Europeu antes do ataque.

A ponte que liga a Rússia à Península da Crimeia, pelas vias férrea e rodoviária, era responsável pelo abastecimento das tropas russas em ação no sul da Ucrânia. A estrutura ficou parcialmente danificada, mas na tarde de ontem o tráfego foi retomado parcialmente.

Especialistas avaliam que a explosão não interromperá permanentemente as principais linhas de comunicação para a Crimeia, mas provavelmente prejudicará a logística russa por algum tempo.

A Rússia enfrenta nas últimas semanas uma contraofensiva ucraniana na Província de Kherson, vizinha à Crimeia, estratégica para os objetivos militares de Putin na costa do Mar Negro. Tropas russas bateram em retirada para defender a capital da província, um porto estratégico na foz do Rio Dnieper tomado no início da guerra.

Na vizinha Província de Zaporizhzia, onde os russos ocupam a maior usina nuclear da Europa, o avanço ucraniano é mais tímido, o que possibilitou um ataque aéreo russo na madrugada de ontem.

**BOMBARDEIO.** As bombas reduziram prédios de apartamentos e casas a escombros, disseram ontem as autoridades locais.

O presidente ucraniano, Volodimir Zelenski, qualificou os ataques de "mal absoluto", enquanto o ministro das Relações Exteriores, Dmitro Kuleba, pediu mais sistemas de defesa aos países aliados.

Vinte pessoas morreram em Zaporizhzia e dezenas -

incluindo 6 crianças - ficaram feridas.

Cinco casas foram destruídas e cerca de 40 outras foram danificadas nos ataques. Aproximadamente 200 pessoas foram mobilizadas para os esforços de resgate. A Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) alertou para o risco de os bombardeios causarem uma catástrofe na usina nuclear da cidade, que estava usando geradores à diesel para resfriar seus reatores. A linha de energia, que havia sido danificada em um outro bombardeio, foi reparada ontem, segundo a agência nuclear da ONU.

O diretor da AIEA, Rafael Mariano Grossi, visitará Moscou esta semana, depois de se encontrar na quinta-feira com Zelenski em Kiev. A agência tentou negociar uma zonatampão na instalação nuclear de Zaporizhzia, no sudeste da Ucrânia, controlada pelas forças russas.

As tropas de Putin têm se concentrado nos últimos dias em desmobilizar as contraofensivas ucranianas, principalmente em Bakhmut, na região de Donetsk. Os militares ucranianos disseram ontem que repeliram mais de 30 ataques russos.

"Estamos mantendo nossas posições no Donbas", garantiu Zelenski.

**AVANÇOS.** Tropas ucranianas retomaram sete cidades em Luhansk, depois de, na semana passada, terem reconquistado a cidade de Liman, na província vizinha de Donetsk, um outro ponto estratégico para avançar rumo a leste da Ucrânia.

A região mais oriental do país foi o principal foco das tropas russas nos últimos meses, mas a Ucrânia recuperou lentamente território lá.

**FINANCIAMENTO.** O Fundo Monetário Internacional aprovou o pedido da Ucrânia de US\$ 1,3 bilhão em financiamento de emergência adicional à medida que a guerra chega ao seu oitavo mês. O **PIB** real da Ucrânia deve sofrer uma contração de 35% em 2022 em comparação com o ano anterior, em meio a um deslocamento em massa da população e à destruição de moradias e infraestrutura, disse o FMI.

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# A expansão parafiscal do governo na eleição - ALEX RIBEIRO

**ALEX RIBEIRO**

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187352?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187352?page=1&section=1)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187352?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187352?page=1&section=1)



# Otimismo com o real aumenta, mas cautela permanece

*Victor Rezende e Gabriel Roca De São Paulo*

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187352](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187352)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187352](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187352)